



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639186 - SC (2021/0005508-3)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : ALEXSANDRO GOMES DE AMORIM
ADVOGADO : ALEXSANDRO GOMES DE AMORIM - PE035632
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : HENRIQUE GREGORIO CARDOSO (PRESO)
CORRÉU : ANDREAS RICHARD KELBERT
CORRÉU : IGOR MIKAIL WACZYLESKI
CORRÉU : FERNANDA CRISTINE JANEZIC
CORRÉU : RAFAEL SABINO DA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de HENRIQUE GREGORIO CARDOSO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (HC n. 5025796-64.2020.8.24.0000).

O paciente foi preso preventivamente pela suposta prática do delito tipificado no art. 2º da Lei n. 12.850/2013, porque participaria de organização criminosa voltada à prática dos delitos de adulteração de sinal de veículo automotor e receptação qualificada.

Nesta via, o impetrante sustenta a ausência de fundamentação apta a justificar a segregação cautelar imposta ao paciente, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, insculpidos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Aduz, ainda, que o mandado de prisão é extemporâneo pois refere-se a fatos pelos quais o acusado já foi condenado em outra ação penal e está amparado em fundamentação vaga e abstrata.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para revogar a custódia preventiva imposta ao paciente, ainda que com a imposição de medidas cautelares diversas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, uma vez que baseou

a fundamentação na situação concreta dos autos.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente